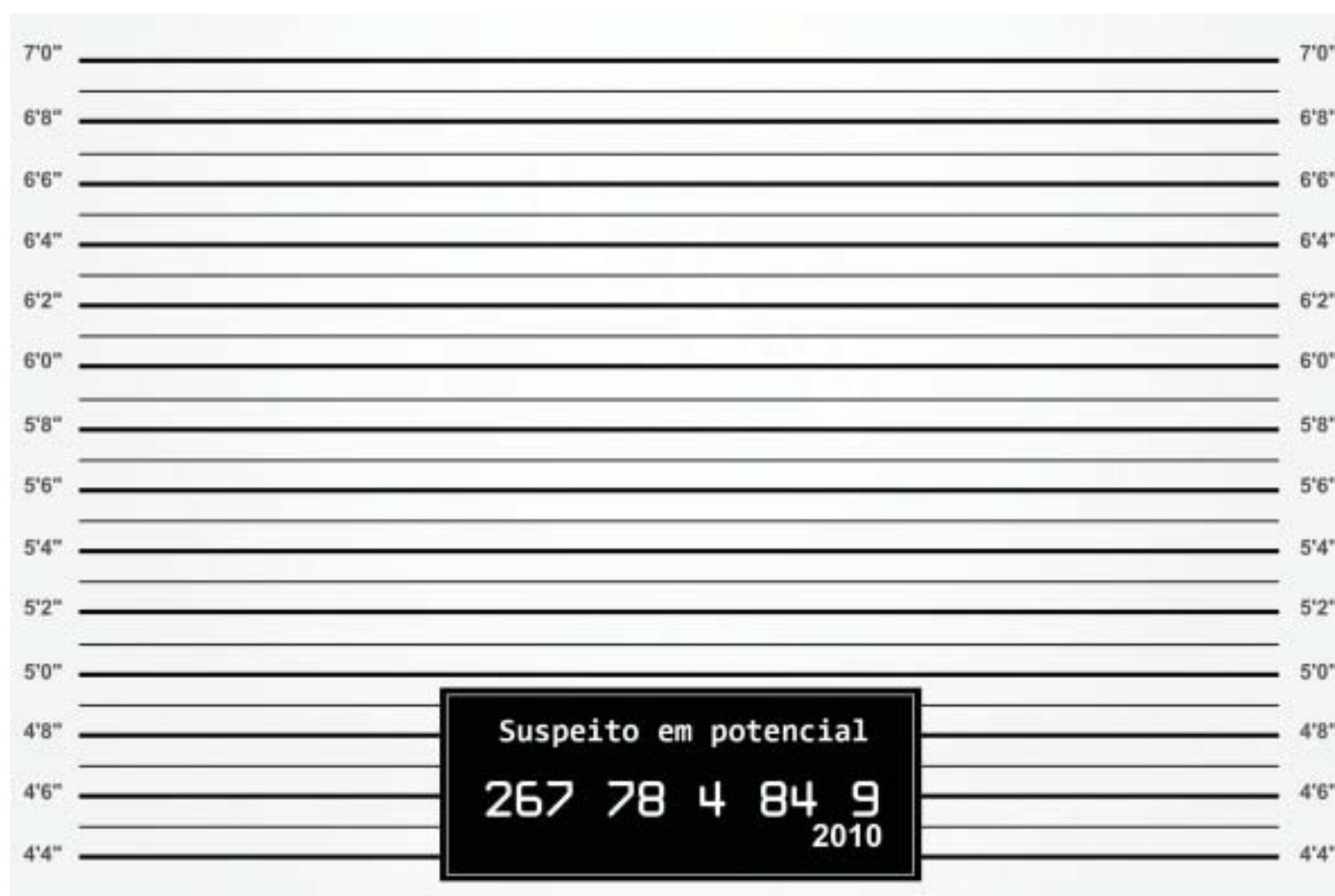


Onde mora o perigo?

Reflexões sobre a Psicologia e a cultura do medo

A sociedade atual parece ver o perigo em toda parte. A população busca se proteger de diversas formas e demanda políticas de segurança cada vez mais rígidas. Nesse contexto, alguns grupos sociais são classificados como “perigosos em potencial”, sofrendo discriminação e exclusão. Mas como se dá essa classificação? Que consequências essa “cultura do medo” traz? Como a Psicologia se relaciona com essa realidade? - Páginas 3 a 13



Anuidades e taxas de serviços para 2011 são aprovados em Assembleia - página 14

Paracambi: manicômio a céu aberto - página 15

IV Mostra Regional de Práticas em Psicologia - páginas 16 e 17

Resultado da eleição para o CRP-RJ - página 20

Perigo, Perigoso, Periculosidade: Cotidiano e prática, o que a Psicologia quer afirmar?

A edição deste jornal trata do tema “Perigoso” e abre para discussão alguns sentidos vigentes na sociedade atual. Afinal, o que é que dizemos ser perigoso? Como fazemos para nos proteger daquilo que nos ameaça, que nos causa incerteza, que nos assusta, que nos dá instabilidade emocional? O que é perigoso para uma pessoa ou determinado grupo social é também para outras pessoas e outros grupos?

No século XXI, a Psicologia vem sendo solicitada por vários órgãos sociais, principalmente, da Justiça, para exercer intervenção frente aos ditos perigosos. Desta forma, se pedem laudos, perícias, avaliações, exames criminológicos para justificar aprisionamentos, perdas de direitos. A intenção é que o psicólogo previna a sociedade de pessoas e grupos que a ameacem, que coloquem em xeque seu modo de funcionar, suas regras e normas sociais. Ou ainda, que o psicólogo desvende e informe a potência de perigo daqueles que são encaminhados para sua intervenção, denuncie possíveis atos futuros que ameacem a sociedade.

Contudo, aquele que a sociedade nomeia como perigoso também sente medo, ansiedade, angústia, pede proteção do Estado e necessita de acesso aos direitos; também afirma o que lhe aparece como perigoso. Nesta situação, é possível avaliar, então, de que modo a Psicologia vem atuando na sociedade e

dando respostas às suas situações-problema.

Buscamos problematizar as noções de “perigo”, “perigoso”, “periculosidade” junto aos psicólogos como forma de ampliar o debate em torno da prática profissional em instituições ditas perigosas, como prisões, manicômios - as instituições totais, de modo geral - e na assistência a pessoas que a sociedade discrimina e/ou nomeia como perigosas, como aquelas que passaram pela situação de encarceramento, os moradores de rua, as travestis, os dependentes químicos ou são denominados como loucos, travestis, dependentes químicos, bandidos etc.

É preciso que o psicólogo se pergunte constantemente a quem serve e como vem respondendo e produzindo subjetividades nos espaços de trabalho, na relação com as pessoas que atende. De que forma vem realizando trabalhos instituintes, que colocam em jogo as armadilhas sociais frente a grupos específicos, situações muitas vezes coloridas com as cores e interesses da mídia. Como concebe sua prática como ação de direitos humanos, de respeito à ética profissional, de responsabilidade sobre as pessoas que atende, de não vitimização ou marginalização dos assistidos?

Vamos afirmar a Psicologia que garante a vida, o acesso a direitos, o respeito à diversidade, o combate ao preconceito. Psicólogos, todos estamos convidados para este debate.

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280
Tel/Fax: (21) 2139 5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br
Site: www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes - presidente - CRP 05/980
Pedro Paulo G. de Bicalho – vice-presidente - CRP 05/26077
Marília Alvares Lessa - tesoureira - CRP 05/1773
Maria da Conceição Nascimento - secretária - CRP 05/26929

Membros Efetivos:

Ana Carla Souza Silveira da Silva - CRP 05/18427
Eliana Olinda Alves - CRP 05/24612
Francisca de Assis Rocha Alves - CRP 05/18453
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767
Lindomar Expedito Silva Darós - CRP 05/20112
Lygia Santa Maria Ayres - CRP 05/1832
Marcia Ferreira Amendola - CRP 05/24729
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995
Samira Younes Ibrahim - CRP 05/7923
Vivian de Almeida Fraga - CRP 05/30376
Wilma Fernandes Mascarenhas - CRP 05/27822

Membros Suplentes:

Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/0465
Ana Maria Marques Santos - CRP 05/18966
Elizabeth Pereira Paiva - CRP 05/4116
Érika Piedade da Silva Santos - CRP 05/20319
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564
Vanda Vasconcelos Moreira - CRP 05/6065

Comissão Editorial:

José Novaes
Marília Alvares Lessa
Rosilene Cerqueira

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTb 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Bárbara Skaba (jornalista)
Felipe Simões (estagiário)
Ana Carolina Wanderley (estagiária)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Editora EDIOURO

Tiragem / Periodicidade

30.000 exemplares / Bimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

Onde mora o perigo?

Reflexões sobre a Psicologia e a cultura do medo

Quem nunca se pegou deixando de sair em determinado horário, evitando parar em sinais de trânsito à noite ou escolhendo um caminho ao invés de outro, por medo da violência? Essas e outras ações parecem estar naturalizadas e difundidas no senso comum, principalmente nas grandes cidades, onde imperam sentimentos de medo e de “perigo”. Nesse contexto, cada vez mais “segurança” é demandada, seja ao poder público – através de políticas de segurança repressivas - ou a empresas privadas - que instalam câmeras, alarmes, grades e vidros à prova de balas nos prédios, casas e carros.

Mas de onde viria esse tão disseminado “perigo”? Por que esse sentimento é tão naturalizado? E, principalmente, quais são suas consequências? Em nome da “segurança”, pede-se cada vez mais repressão, aplaudem-se os atos arbitrários e retiram-se direitos de parte da população – os considerados “perigosos em potencial” – para proteger o restante – a “sociedade de bem”.

Os critérios usados para identificar essa “classe perigosa” são vários, e mudam de sociedade para sociedade. Na Idade Média, perigosos eram os “infiéis”, que rejeitavam o Catolicismo. No século XVIII, nascimento do capitalismo, eram os que não trabalhavam, os “vadios”. Na época da ditadura militar brasileira (1964-1985), o perigo estava nos “subversivos”, aqueles que iam contra o governo.

Seria possível apresentar diversos outros exemplos, todos com uma característica em comum: os “perigosos” são sempre aquelas pessoas que, intencionalmente ou não, são opostas aos grupos dominantes da sociedade.

E hoje, quem são os “perigosos”? Essa classificação teria relação com a aparência? Classe econômica? Local de moradia? Uma combinação desses fatores? Apesar de ser difícil estabelecer uma

definição concreta, é fato que algumas parcelas da população são vistas com desconfiança pelas demais, o que gera exclusão e sofrimento.

Não se trata de negar a existência da violência em nossa sociedade ou relegar o perigo apenas ao imaginário social – ele sempre existiu e continuará existindo, pois é inerente à própria vida. Mas não se pode atribuir esse perigo somente a determinados segmentos sociais.

Outro questionamento relevante é até que ponto a própria violência não seria gerada, em



parte, pela própria cultura do medo. Na tentativa de se proteger, por exemplo, cidadãos se armam; por outro lado, o aumento no número de armas circulando gera cada vez mais violência. Da mesma forma, o medo provoca exclusão, mas a própria exclusão é uma violência e gera novos atos violentos, seja através de sentimentos de revolta, seja pela via da mortificação de subjetividades. Esses e outros ciclos parecem difíceis de serem quebrados.

Além disso, o perigo seria sempre algo negativo? Não há risco em cada decisão que o ser humano toma? Cada passo da humanidade não está envolto em milhares de possibilidades, que podem ou não dar certo?

A partir de todos esses apontamentos, é possível perceber que o tema do “perigo” é mais complexo do que comumente se julga. Todas essas dimensões podem ser encontradas, inclusive, nas práticas cotidianas do psicólogo com seus interlocutores - seja no consultório, na escola, na prisão, na gestão de pessoas, no hospital, na comunidade etc.

Para discutir sobre essa temática e pensar na sua relação com a Psicologia e com a sociedade em geral, o Jornal do CRP-RJ reuniu profissionais de diversas áreas. Dois psicólogos, uma historiadora, uma assistente social, um gestor público e um representante de organização não-governamental apresentam seus diferentes pontos de vista sobre perigo, medo, violência e (in)segurança.

Um primeiro ponto que surge é a própria definição de “perigo” ou de “pessoas perigosas”. “O conceito de perigo provém de uma noção de periculosidade construída nos séculos XVIII e XIX na Europa e importada pelo Brasil. Vários autores europeus e, depois, brasileiros apontavam as pessoas como carregando consigo sinais endógenos de personalidade, de

socialização nefasta ou perigosa para a sociedade”, explica Tânia Dahmer, assistente social da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP-RJ), diretora do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho e doutora em Serviço Social.

Mas esses sinais e características não foram os mesmos ao longo do tempo. Como coloca a historiadora, doutora em Antropologia e professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Adriana Facina, em cada sociedade há diferentes concepções do que seria um grupo perigoso. Contudo, essa noção de perigo viria se ampliando em uma escala inédita. “Com as transformações estruturais no capitalis-



“Temos uma parcela da população colocada como perigosa porque representa perigo para quem tem o que perder. Mas,

se olharmos pelo ângulo de quem sofre a opressão, o perigo está em uma sociedade que não oferece as mínimas condições dignas de vida para essa população.”

Luciano Rocco

mo, cada vez mais se torna inviável incorporar a maioria pobre ao mundo do trabalho via emprego formal, via consumo, via serviços públicos universais e de qualidade. E essa massa de gente vai formar o que o Zygmunt Bauman chama de ‘seres humanos supérfluos’, a quem o capitalismo não tem nada a oferecer. Então, são aqueles que não têm nada a perder. E quanto mais gente que não tem nada a perder geramos, maior essa sensação de perigo, de insegurança, de estranhamento em relação ao outro”.



“Com as transformações estruturais no capitalismo, cada vez mais se torna inviável incorporar a maioria pobre ao

mundo do trabalho. São aqueles que não têm nada a perder. E quanto mais gente que não tem nada a perder geramos, maior essa sensação de perigo, de insegurança, de estranhamento em relação ao outro.”

Adriana Facina

Assim, esse conceito de perigo seria o colocado por uma parcela da população, a que “tem algo a perder”, como aponta Luciano Rocco, diretor-presidente da Organização Civil de Ação Social – Revista OCAS e um dos coordenadores do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro. “A constituição das forças policiais surgiu como uma forma de defesa das classes proprietárias, de parcelas da população que tinham preocupação de proteger seus bens. Então, na raiz, temos uma parcela da população colocada como perigosa porque representa perigo para quem tem o que perder. Mas, se olharmos pelo ângulo de quem sofre a opressão, o perigo está em uma sociedade que não oferece as mínimas condições dignas de vida para essa população”.

Ou seja, o perigo seria um conceito relativo, cabendo o questionamento: “perigoso para quem?”. Além disso, como ressalta o psicólogo e psicanalista Sérgio Valmario Barboza da Costa (CRP 05/17447), do Hospital Municipal Jurandyr Manfredini, o perigo não é necessariamente algo negativo. “Temos que pensar ‘perigo’ para além da estigmatização, mas como algo inerente à própria vida. Ou seja, o perigo como uma coisa que funda a própria experiência humana. É tentar pensar uma maneira de abordar esse tema que tenha relação com a própria vida, positivar essa noção de perigo e apontar que ele não está só no outro, ele está, antes de tudo, em nós mesmos”.

Outro fator seriam os interesses que movem essa “indústria do medo”. “A desigualdade social estimula a indústria da segurança. Há interesse de setores da sociedade de que isso permaneça. Está na base de uma sociedade injusta e que não cria oportunidade para todos. A construção de uma cidade perigosa sustenta estruturas políticas para a conservação do poder”, afirma Luciano Rocco.

Onde está o perigo?

Quem seriam esses sujeitos que carregam a estigmatização do perigo? Como é feita essa classificação? De uma forma geral, Sérgio da Costa acredita que o perigo é sempre visto no “outro”,

mas como uma forma de apontar algo do próprio sujeito. “Esse ‘outro’ é tudo aquilo que marca a diferença. Mas há um texto do Freud chamado ‘O Estranho’ em que ele fala o quanto o estranho tem alguma relação com o que lhe é familiar. Se você minimamente reconhece, mesmo que produza o estranhamento, é porque algum registro daquilo você tem. Então, essa dimensão da alteridade incomoda principalmente quando esse ‘outro’ comparece em você mesmo. Ou seja, quando não nos reconhecemos em determinadas ações, quando nos pegamos em pensamentos que julgamos proibidos”.

De forma mais específica, contudo, a conselheira do CRP-RJ Ana Carla Souza Silveira da Silva (CRP 05/18427), psicóloga da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) do Rio de Janeiro e da SEAP-RJ, chama a atenção para o fato de alguns grupos que “fogem de padrões e normas sociais” sofrerem mais com esses estigmas. “Na sociedade brasileira atual, dissemina-se, principalmente através dos recursos de massa, como a mídia, quem a sociedade deve temer. Assim, grupos sociais são selecionados para serem ‘objeto’ de intervenção das forças de Estado em nome de proteção da sociedade. Normalmente, esses grupos colocam em cena outras formas de viver e de concepção de mundo”.

Entre esses grupos, estariam alguns que se afirmam fora do enquadramento moral e normalizador da sociedade capitalista cristã. “São, por exemplo, os travestis, prostitutas, loucos. Em algumas situações, o critério envolve também a diferença entre as pessoas por meio de classe social, cultural, racial e educacional”, esclarece Ana Carla.

Seguindo essa linha de pensamento, o psiquiatra Carlos Augusto de Araújo Jorge, subsecretário de Proteção Social Especial da SMAS do Rio de Janeiro, destaca que esses chamados “perigosos” seriam os “indesejados pela sociedade”. “A aproximação da questão da insegurança, do risco, com as camadas menos favorecidas não vem de hoje. Historicamente, os indesejados foram sempre colocados à margem. Criaram-se os hospícios para

colocar os chamados vadios, as prostitutas, os ‘loucos de qualquer espécie’. Tenta-se fazer uma relação da questão da segurança - ou da insegurança - com a questão social, o que é um equívoco”.

Nessa categoria entraria, por exemplo, o morador de rua. “A população em situação de rua, historicamente, sempre foi tida como uma população que tem que ser segregada, confinada, afastada das zonas mais abastadas e das zonas comerciais, para não atrapalhar os negócios”, aponta Luciano Rocco.

Outro segmento comumente classificado como “perigoso” são as pessoas em sofrimento psíquico, principalmente as que cometem alguma infração. “A periculosidade é entendida de acordo com o Código Penal, que é da primeira metade do século passado e tem fortemente a visão de que o perigo é endógeno e é ‘irmão siamês’ do transtorno mental. O esquizofrênico pode ficar violento? Pode. Então, preventivamente, diz-se que a sua periculosidade não está cessada, já que a esquizofrenia não vai cessar”, explica Tânia Dahmer.

Desse modo, a assistente social destaca que a visão estigmatizada com relação ao “louco” faz com que pessoas fiquem trancafiadas em manicômios por toda sua vida. “Se o perito disser que a periculosidade não foi cessada, essa pessoa não é desinternada. A medida de segurança (tratamento a que é submetido a pessoa em sofrimento psíquico que comete infração, não se configurando como pena) vai se tornando perpétua, diferentemente da pena privativa de liberdade - mesmo que o juiz não conceda a liberdade condicional, um dia chega o alvará de soltura porque ele cumpriu a pena toda. No caso da medida de segurança, a desinternação depende da opinião do perito”.

Nesse sentido, a Psicologia teria muito a contribuir para a desestigmatização dessas pessoas. Tânia acredita que esse movimento já começou e precisa ter continuidade. “Quando entrei para o Sistema Penal, na década de 1970, os psicólogos ainda tinham uma visão de consultório e, por estarem em um local onde não podiam fazer clínica, tinham muita dificuldade. Na medida em que a própria Psicologia se politizou e, como profissão,

começou a se entender em uma sociedade capitalista na qual essa desigualdade é produzida pelo sistema econômico e político, ela deu um passo à frente. Ela saiu do microcosmo do consultório e passou a entender a profissão em diferentes espaços da sociedade, em diferentes políticas públicas”.

Os moradores de favelas ou comunidades pobres fazem parte de outro grupo social que, assim como os “loucos”, recebe o estigma de “perigoso”. Contudo, como coloca Adriana Facina, essa representação é distante da realidade vivida nessas localidades. “Quando se visita uma favela, seja para conhecer ou estudar, a primeira coisa que as pessoas querem mostrar é como ali tem uma vida normal. Querem mostrar os artistas da favela, as pérolas do local, os lugares legais. Querem mostrar como as pessoas são como quaisquer outras, não são perigosas. E é unânime que o perigo na favela é quando há invasão policial”.

De acordo com a pesquisadora, a visão negativa sobre a favela reflete nas políticas públicas e traz consequências sérias. “Primeiro, há o estigma de essas pessoas serem consideradas perigosas, olhadas o tempo todo com desconfiança - por exemplo, os jovens estarem em um shopping e serem seguidos por seguranças. Mas há também a experiência do que é ter a vida valendo muito pouco. Cada vez que o ‘Caveirão’ entra em uma favela, fazendo vítimas ou não - frequentemente, sim - a situação de medo dessas pessoas, de insegurança, de desvalorização da vida é muito grande”.

Segundo Ana Carla, essa situação é consequência de uma mentalidade presente na sociedade como um todo. “Algumas instituições vão se fortalecendo no campo público para controle das ameaças do que se entende por perigo. O campo da segurança pública vai se constituindo como uma potente política pública estatal, priorizando as ações de controle e punição e, deste modo, defendendo a sociedade dos ditos ‘perigosos’, grupos eleitos num determinado contexto social. O ‘perigoso’ se torna a grande ameaça social, o inimigo número um a ser combatido pelas forças sociais, sustentando ações de violência e violação de direitos sobre diversos grupos sociais”.

“Temos que pensar ‘perigo’ para além da estigmatização, mas como algo inerente à própria vida. É tentar positivar essa noção de perigo e apontar que ele não está só no outro, ele está, antes de tudo, em nós mesmos.”
Sérgio da Costa



Assim, a conselheira acredita que essa política pode ser classificada como uma “política de extermínio”. “A política de extermínio, por vezes, é silenciosa, mas visível, e viola a Constituição Federal, os direitos das pessoas, os princípios e diretrizes de políticas públicas cidadãs. Expressa-se em atos, em ações de higienização da cidade, em resolução de problemas sociais de modo simplificado. Sustenta-se numa visão de mundo preconceituosa, descompromissada com a diversidade do humano, descontextualizada da realidade da vida social dos grupos que ataca. Neste sentido, a ‘política de extermínio’ é uma ação que produz perigo pelo fato de se afirmar pela morte e não pela vida. Deste perigo, os ditos perigosos precisam se defender”.

Luciano Rocco também coloca em questão as políticas públicas de Segurança, principalmente

“Historicamente, os indesejados foram sempre colocados à margem. Tenta-se fazer uma relação da questão da segurança - ou da insegurança - com a questão social, o que é um equívoco.”
Carlos Augusto



“Hoje, temos uma indústria de segurança a todo vapor, com mil equipamentos. Cada vez se aperfeiçoam mais esses dispositivos eletrônicos para as pessoas se sentirem seguras, quando, na verdade, estão vigiadas.”

Tânia Dahmer

na abordagem feita com as pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro. “Por exemplo, no atual governo municipal, há uma política em que a população em situação de rua é recolhida e, antes de ser levada para qualquer equipamento público, como abrigo – o que, por si, já é uma política disciplinar, de segregação –, é levada à delegacia para verificar se há alguma pendência criminal. Isso fere a Constituição. Isso é um desdobramento da política de opressão das classes pobres e da população que vive nas ruas”.

Segundo ele, esse tipo de política contribui para a difusão de pensamentos preconceituosos. “Temos um Estado que, quando se relaciona com essa população, não é com políticas de inclusão social, mas com uma política de segurança. Isso também cria uma imagem para a sociedade de que essa população é perigosa”.

Carlos Augusto, por outro lado, declara que o trabalho da SMAS baseia-se em abolir qualquer forma de violência contra essa população, apesar de admitir que, em alguns momentos, isso possa ocorrer. Segundo ele, é preciso identificar as pessoas que tenham cometido crimes, mas sem utilizar a violência. “Aquela pessoa que deve à Justiça vai pagar na Justiça. As outras, não. Essas são muito mais vítimas de uma violência social que as expurga da relação com outras pessoas, que não oferece condição, na grande parte das vezes, de escuta”.

Ele afirma também que, com relação às formas de abordagem à população em situação de rua, a Secretaria ainda procura alternativas. “O que temos feito é combinar com as pessoas de elas irem à delegacia e é lá que é feito o sarqueamento. Muito pior seria criar um posto de sarqueamento den-

tro de um abrigo. Assim, transformaríamos o abrigo em uma sucursal da delegacia. Enfim, estamos em busca de uma maneira”, coloca, acrescentando que é preciso dialogar com essas pessoas, não tutelá-las. “Essa questão é complicada porque, às vezes, se não oferecermos as molduras sociais por conta de, a princípio, elas estarem em situação de vulnerabilidade, podemos entrar no caminho do ‘coitadinho’, que é outra forma de violência e desrespeito”.

Além dessas consequências que a estigmatização como “perigosas” traz para as pessoas que a sofrem, a “cultura do medo” também traz inúmeros efeitos para a sociedade em geral. “Hoje, temos uma indústria de segurança a todo vapor, no Brasil e em vários países, com mil equipamentos - travas de carro, visores, câmeras. Cada vez se aperfeiçoam mais esses dispositivos eletrônicos para as pessoas se sentirem seguras, quando, na verdade, estão vigiadas. Vivemos em uma sociedade que morre de medo e, ao mesmo tempo, é supervigiada e busca mais vigilância, em nome de salvar sua pele e, sobretudo, seus bens”, ressalta Tânia Dahmer.

De acordo com Sérgio da Costa, esses efeitos chegam ao ponto de tirar a liberdade dos indivíduos. “Existem vários usos em apontar a alteridade como perigosa – usos políticos, por exemplo. No texto ‘Psicologia das massas’, Freud fala do próprio funcionamento dos grupos, que podem ser entendidos até como nações. Esses grupos apontam a diferença como uma ameaça. Um exemplo: há pouco tempo, foi aprovada uma lei na França que proíbe o uso da burca em lugares públicos. Aí, cria-se uma situação contraditória. Se a alegação é defender a liberdade da mulher ao proibir a burca, e aquelas que escolhem usá-la? Que contradição é essa em que, para defender uma liberdade, você proíbe que o sujeito possa escolher?”.

Possíveis estratégias

A partir de todas essas colocações, é possível pensar em algumas estratégias para desestigmatizar esses segmentos. “Uma das estratégias que considero mais importantes é a que se afirma hoje

nas políticas públicas que visam a garantir a vida cidadã. Portanto, o respeito à diferença, em todos os aspectos, a crença de que várias formas de afirmação da vida são possíveis, a avaliação cuidadosa e criteriosa de situações que colocam pessoas em risco, garantindo o acesso às estratégias de acolhimento, atenção, cuidado, construção de vínculos, sempre valorizando os modos de compreensão da vida de cada um”, esclarece Ana Carla.

Assim, essas estratégias passariam, em parte, pelas políticas públicas. “A formação cidadã é fundamental. O conhecimento de que toda e qualquer pessoa tem direitos, inclusive a população marginalizada que sofre preconceitos sociais, produz empoderamento e autonomia individual e coletiva para participação social e política. O estigma faz parte de toda e qualquer sociedade e, por isso, há necessidade de proteção daqueles que a fazem se sentir ameaçada. Logo, não sei se conseguimos acabar com o estigma, mas precisamos criar ações micro e macropolíticas de combate às situações que produzem desrespeito e isolamento daqueles que a sociedade não concebe em seu meio”, completa a conselheira.

Na opinião de Ana Carla, a Psicologia, que, por muito tempo, foi um dos instrumentos usados para a segregação, pode atuar de outra forma, pela afirmação da vida e dos direitos humanos, necessariamente. “A Psicologia considerada como um campo especializado deve ser atenta e crítica ao uso que a sociedade pode fazer dela. Ou seja, pode ser convocada a ‘proteger’ a sociedade dos ditos perigosos; desta forma, caberá a ela a produção de informação que subsidiará ou não a sustentação do preconceito e até do encarceramento de uma pessoa. Mas a Psicologia também pode agir na garantia de acessos à assistência, ao cuidado, aos direitos, na perspectiva da cidadania e maior autonomia da população que a procura. É nessa perspectiva que as políticas públicas cidadãs vêm afirmando o lugar dos profissionais da Psicologia”.

Carlos Augusto também traz a importância das políticas públicas cidadãs e cita algumas ações realizadas pela SMAS, baseadas na preocupação de

que as próprias pessoas para quem as políticas se voltam sejam protagonistas em sua construção. “Costumo dizer que ninguém sabe mais da sua dor do que o seu dono. Quando chegamos na Secretaria, grande parte dos educadores sociais eram pessoas da Guarda Municipal. Fizemos exatamente o contrário: pegamos pessoas que moravam nas ruas, capacitamos e hoje temos um grupo grande de educadores sociais que foram moradores de rua”, diz Carlos Augusto.

Esse ponto também é destacado por Adriana Facina, que chama a atenção para as estratégias de sobrevivência dos moradores de favelas, muitas vezes não levadas em consideração pelos gestores públicos. “É preciso construir um outro olhar sobre a favela, em que os próprios favelados sejam sujeitos nessa construção. Porque as políticas públicas de intervenção na favela se baseiam muito em olhares de fora, que a veem como um lugar que não funciona, onde falta tudo. Desconsideram-se estratégias já seculares de sobrevivência, que se construíram dentro do caos, dentro da precariedade; sistemas de vida calcados em solidariedades orgânicas, outras formas organização popular que qualquer projeto de política pública para as favelas tem que levar em conta”.

A historiadora ressalta ainda que esse novo olhar sobre a favela deve ir além das políticas públicas e ser construído com toda a sociedade. “As produções culturais, como filmes e novelas, geralmente representam o povo favelado de forma muito estigmatizada. É preciso conceder a essas pessoas o direito de se representar nos meios de comunicação, na indústria cultural. Uma das coisas que fazem parte disso é o direito à visibilidade. Enquanto essa população permanecer invisível, sempre que morrer alguém na favela será só um dado, um número, é alguém sem cara, sem nome, algum suposto bandido”.

O direito à autorrepresentação, dessa forma, teria um importante papel na desestigmatização desses grupos apontados como “perigosos”. Um exemplo de sucesso dessa estratégia é a Revista Ocas. Além de dar voz às pessoas em situação de rua, a publicação também é vendida por essa popula-

ção, que passa a ter uma renda, ampliar seu círculo de relacionamentos e ter uma nova relação com a rua e o espaço público.

“A revista Ocas cumpre essa missão política: abrir um canal para a população em situação de rua expressar suas opiniões e ideias livremente e para pautar situações que cercam sua realidade de uma forma diferente, não reforçando o senso comum de que são pessoas que ‘não querem nada com a vida’, que estão ligadas a práticas criminosas”, aponta Luciano Rocco. “Quando isso acontece, não necessariamente elas vão falar sobre a situação de rua. É uma forma que esse veículo tem de mostrar que essas pessoas também têm ideias próprias, que também têm deduções e desejos e que podem e querem contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e plural”.

Para o diretor da revista, iniciativas como essa são um dos caminhos para que não apenas a população em situação de rua, mas todos esses grupos sociais tenham consciência de seus direitos e possam lutar por eles. “Com isso, podem mostrar para a sociedade que não são perigosos, que querem participar dos benefícios de um Estado democrático de direito, que precisa ser concretizado e efetivado. Esse é um caminho importante, um caminho em que essas pessoas tenham voz e possam exigir da sociedade a efetivação de seus direitos de cidadania”.

Assim, seja com relação às políticas públicas, à imprensa, à produção cultural ou qualquer outro campo, o principal é que essas pessoas, classificadas geralmente como “perigosas”, possam ter sua voz ouvida e tenham direito à participação na sociedade a partir de outras experiências que não da estigmatização, exclusão ou medo.

Para Carlos Augusto, isso é o principal nas políticas públicas de assistência social, por exemplo. “É muito comum ouvirmos a queixa de uma pessoa que está incomodada porque tem alguém dormindo em sua porta, esquecendo, muitas vezes, que o sujeito da nossa ação não é necessariamente a pessoa que se queixou, mas sim a pessoa que está na rua. Às vezes, a resolução dessa situação não

“A Psicologia considerada como um campo especializado deve ser crítica ao uso que a sociedade pode fazer dela. Ou seja, pode ser convocada a ‘proteger’ a sociedade dos ditos perigosos. Mas também pode agir na garantia de acessos aos direitos, na perspectiva da cidadania e maior autonomia da população que a procura.”

Ana Carla Silva



passa pela ação física, do recolhimento. É preciso haver primeiro um encontro, entender que há um *outro* do outro lado - e, se é um *outro*, eu sou um igual desse lado - para que possamos construir uma relação”.

“Penso que qualquer tipo de aproximação em que uma pessoa é convocada a falar e a outra se convoca a escutar promove movimento, movimento subjetivo, movimento social”, acrescenta Sérgio da Costa. “Penso que o papel do psicólogo é, antes de tudo, poder se constituir como ponta de lança. Quando alguém afirma algo e colocamos isso em questão – ‘não entendi o que você quis dizer?’ -, isso pode fazer com que o próprio sujeito se confronte com suas afirmações”.

“Sob o paradigma do respeito à diversidade e promoção da vida, a Psicologia não pode se aliar às práticas que sustentam o enclausuramento, a violação de direitos e a morte subjetiva”, completa Ana Carla. “Estes são compromissos ético-políticos que a Psicologia precisa permanentemente afirmar no cotidiano do trabalho em várias esferas das políticas públicas (saúde, assistência social, jurídica, prisional, sócio-educativo, comunitário e outros)”.

Veja as entrevistas dessa matéria na íntegra em www.crprj.org.br

O esporte “salva”?

O Brasil é o “país do futebol” e uma “máquina de produzir craques”. Essas afirmações estão presentes no nosso cotidiano de diversas formas que vão desde o discurso da mídia até conversas em mesas de bar. Aparentemente, trata-se de uma visão positiva, mas por que o esporte, mais especificamente o futebol, é visto como um “salvador” dos jovens moradores de comunidade e que discursos se constroem por trás dessa premissa?

Segundo Antonio Jorge Gonçalves Soares, professor da Faculdade de Educação da UFRJ, a ideia de utilizar a prática desportiva como válvula de escape da violência surgiu no século XIX. “O esporte entra nas *Public Schools* inglesas, formadoras dos gentis homens [*gentlemen*], como uma forma de organizar a juventude e atenuar seus processos de violência corporal. Ele servia como canalizador das energias violentas para uma mais simbólica, que é por meio da competição e da superação. E essa mensagem do poder civilizador do esporte está presente até os dias de hoje”.

Atualmente, essa concepção é utilizada de maneira diferente, mas com o mesmo objetivo de tornar o indivíduo “menos violento”. Ao invés de “acalmar os *gentlemen*”, o esporte é visto como um “remédio” para jovens moradores de comunidades pobres, pois os afastaria do tráfico e da marginalidade. Tal lógica infere que, por viverem em um ambiente de “risco”, essas pessoas estariam mais sujeitas a se desviarem da “normalidade”.

A psicóloga Adriana Amaral do Espírito Santo (CRP 05/31762), colaborada da Comissão de Saúde do CRP-RJ, entende que, além de criminalizar os jovens de classes socioeconômicas mais pobres, colocando-os como “criminosos em potencial”, esse discurso desconsidera questões fundamentais envolvidas no esporte. “Se o esporte por si só pudesse tirar alguém da marginalidade,

qualquer um que jogasse uma bola, corresse, estaria ‘salvo’. É muito mais do que isso, é trabalhar valores, relações, autoconhecimento e relação com o próprio corpo”.

Aliado ao discurso redentor do esporte, criou-se um mito de que, sendo pobre e morador de comunidade, o único meio de ascender socialmente seria o futebol. Porém, de acordo com dados da CBF, cerca de 90% dos jogadores que atuam no mercado profissional ganha entre um e três salá-



rios mínimos, o que se choca com essa “visão romântica de ascensão social”.

Segundo Daniele Mariano Seda (CRP 05/37229), também colaborada da Comissão de Saúde, os exemplos que ganham destaque na mídia e o aparente *glamour* da vida dos jogadores de futebol reafirmam essa mentalidade. “Muitas vezes, o esporte é visto como a única saída, como único meio de ascensão social, principalmente via futebol. E o que mais motiva não é ter dinheiro para uma vida mais digna, é o sonho de ser milionário e famoso. É sair da situação de invisibilidade social, da base da pirâmide e chegar ao topo, ser reconhecido e ter poder. A educação formal não é vista como meio de ascender socialmente; o futebol é a única saída”.

Uma pesquisa desenvolvida por um grupo de pesquisa da UFRJ orientado por Antonio mostra que o futebol “salva” os que teoricamente já estariam salvos. De acordo com ele, o nível socioeconômico dos atletas entrevistados, cerca de 417 entre 12 e 20 anos, está acima de R\$ 2000,00 por família. “Alguns podem pensar que é pouco para viver bem, mas considerando a sociedade brasileira, não se pode chamar essas pessoas de miseráveis. Outro indicador forte é a permanência deles

na escola, cerca de 1,7 anos a mais do que os não-atletas. Mas isso não se dá em função do esporte, provavelmente está mais ligado à cultura e à renda da família desses atletas. Porque manter o filho na escola pressupõe um custo, mesmo na escola pública”, ponderou.

Mas, afinal, qual o papel do psicólogo no esporte? Conforme explica Louise Cordeiro Borba Nogueira (CRP05/31971), colaboradora da mesma Comissão, esse profissional deve focar na promoção da saúde mental e da prática esportiva como um hábito

que resulta em qualidade de vida, procurando não reproduzir o discurso existente nos esportes de alto rendimento. “O que está institucionalizado na mídia é que o psicólogo do esporte só pode trabalhar em grandes clubes, voltando-se para a performance e para os resultados. Como muitos não se veem como profissionais de saúde mental, atendem às demandas dos dirigentes e técnicos em detrimento das necessidades do atleta”.

Adriana, por sua vez, acredita que a falta de psicólogos do esporte inseridos em políticas públicas mostra que ainda é preciso ampliar os debates sobre a necessidade de um trabalho de equipe integrado, interdisciplinar e contínuo. “O psicólogo é chamado para diagnosticar e normalizar, ao invés de estar presente no momento ante-

rior ao problema, trabalhando na prevenção. Mas a Psicologia do Esporte pode atuar em vários campos. Há, atualmente, a visão de uma Psicologia Social do Esporte, que tenta fazer mais do que só uma Psicologia do rendimento. No caso de um trabalho com crianças, seria entender a sua formação, ajudar a saber ganhar e perder, como conviver com outras pessoas, com a diferença, atuar em equipe e vários valores que podem ser desenvolvidos desde cedo”, pondera a psicóloga.

Sobre isso, Antonio destaca que, além do trabalho coletivo, é preciso pensar em quais políticas públicas se pretende investir, já que as existentes corroboram a visão do esporte “salvador das massas”. “Quando se cria um projeto desportivo no qual um dos argumentos é tirar as crianças da rua, está-se reafirmando o discurso redentor. De certa forma, a política publica se ‘cola’ ao futebol com a imagem que alguns segmentos da sociedade brasileira têm da própria juventude pobre. Ou seja, que são classes em situação de risco”.

Olimpíadas e Copa do Mundo do Brasil serão boas para todo mundo?

As possibilidades trazidas pelo esporte nunca foram tão discutidas como no momento atual, quando o Brasil se prepara para ser palco de dois grandes eventos esportivos em 2014 e 2016: a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, respectivamente. Para isso, é preciso preparar as cidades para receber delegações, turistas e a atenção da mídia internacional.

Uma das propostas da Prefeitura do Rio de Janeiro, contudo, é a remoção forçada da comunidade Vila Autódromo, localizada na Barra da Tijuca. A justificativa do poder público é que no local serão construídos equipamentos para as Olimpíadas. No entanto, é importante ressaltar que essa não é a primeira vez que a remoção da Vila Autódromo é colocada em pauta. Em 1992, também houve uma tentativa de retirar a comunidade da área, quando o bairro começou a se

destacar como uma opção de espaço para abertura de centros comerciais e residenciais.

Acreditando se tratar de uma decisão arbitrária que atende basicamente a interesses mercadológicos, a organização não-governamental Justiça Global enviou uma carta aberta ao Comitê Olímpico Internacional (COI), da qual o CRP-RJ é signatário, pedindo que o órgão intercedesse junto à Prefeitura e revisse tal decisão.

Segundo Renata Lira, membro da organização, as remoções violam direitos sociais legalmente estabelecidos, como o de moradia. Além disso, todo o processo tenderia a criminalizar o pobre para justificar a sua efetivação, sem que haja um debate com a sociedade civil. “A realização de eventos de grande porte é historicamente reconhecida pela lógica de planejamento que prevê as cidades como espaços a serem ‘leiloados’ a grupos de empresas, sobretudo estrangeiras. Isso permite que o poder público, pseudo-legitimado pela sociedade, realize remoções e outras violações sistematicamente”.

À exemplo de outros países que já sediaram grandes eventos esportivos, a Justiça Global acredita que a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas não trará benefícios à população como um todo, principalmente no que diz respeito à desigualdade social e aos serviços públicos como transporte, saúde, educação e saneamento.

Renata lembrou que o legado deixado pelos Jogos Pan-Americanos, em 2007, não contribuiu para que se tenha uma visão otimista. “Antes do Pan, ocorreram execuções sumárias em incursões realizadas pelas polícias civil e militar em comunidades, além da criminalização dos movimentos sociais e aumento das dívidas públicas. Citando situações mais recentes, no estado do Rio de Janeiro



ro presenciamos o aprofundamento dessas questões com a ocorrência das chuvas de abril de 2010, e nada sendo feito no sentido de sanar definitivamente esses problemas”, finaliza.

Dessa forma, é possível perceber que, ao mesmo tempo em que se coloca o esporte como “salvador dos excluídos”, ele é usado como justificativa para produzir mais exclusão. O discurso socialmente difundido e ratificado pela mídia de que “o Brasil é o país do futebol” reforça a ideia de que tudo pode e deve ser feito em nome da preservação dessa imagem.

O esporte, então, acaba sendo utilizado como forma de exclusão, seja quando é difundido como “salvador” dos jovens de comunidades pobres – já que isso implica em afirmar que, a princípio, esses meninos teriam potencial para serem criminosos – seja quando se usa a sua “importância” no país como meio de legitimar arbitrariedades do poder público.

Nesse contexto, a Psicologia do Esporte pode contribuir para a redução dessas situações a partir de uma atuação mais crítica tanto nas políticas públicas quanto no questionamento de visões “naturalizadas” na sociedade. Assim, seria possível construir um caminho em que o esporte fosse utilizado como forma de promover qualidade de vida e cidadania, não como mais uma ferramenta de exclusão.

A noção de perigo segundo os ditos “perigosos”

Frequentemente tratados como um problema social – quando, na verdade, são um cruel reflexo das injustiças e mazelas provenientes do modelo de produção capitalista –, eles são alvo de preconceito, marginalização, desprezo e intolerância, o retrato inconveniente daquilo que mais segregamos. Adolescentes em conflito com a lei, presidiários, pessoas em situação de rua, jovens moradores de comunidades, loucos infratores e travestis, entre outros segmentos, constituem um grupo social que, justamente por estar fora de um projeto moral hegemônico, vem sendo enquadrado na categoria de “perigoso”.

Enquanto muitos destes habitam o espaço da cidade, outros tantos estão alocados em diversas instituições que tendem apenas a legitimar a ordem social vigente, pouco atuando para promover uma maior interação entre esses grupos e a sociedade que os marginaliza e criminaliza.

Por isso, o Jornal do CRP-RJ conversou com algumas destas pessoas que, devido a alguma circunstância de vida, foram rotuladas de perigosas, para saber o que elas veem como perigo e de que forma lidam com o preconceito por estarem nessa condição.

P., de 17 anos, ex-morador do Jacarezinho, comunidade da Zona Norte do Rio de Janeiro, foi preso por tráfico de drogas durante uma operação policial em Niterói e já teve algumas passagens pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas

(Degase). Jair Barnabé, de 50 anos, é um músico com mais de 80 trabalhos gravados por grandes artistas nacionais e, depois de abrigado na Fazenda Modelo (abrigo para acolhimento de pessoas em situação de rua da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro), atualmente reside



em Barra de Guaratiba, Zona Oeste do Rio. C., de 16 anos, é um jovem negro que mora na comunidade São João, no Engenho Novo, Zona Norte do Rio. Dandara é uma travesti de 29 anos que, após vencer a barreira do preconceito, conseguiu emprego como auxiliar-administrativa.

Veja os principais trechos das entrevistas.

Você poderia contar um pouco sobre a sua trajetória?

P: Eu estava dentro de casa e, durante uma ação policial, o cara que trabalhava para mim entrou na minha casa correndo com cocaína e entorpecentes. Os policiais entraram, me reconheceram e me levaram. Primeiro, eu fui para uma delegacia, coisa que não podiam fazer comigo. Depois, fui para a DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente) e, depois, para o CTR (Centro de Triagem e Recepção do DEGASE). Depois, fui para o Padre Severino, onde eu fiquei quase dois meses, aguardando audiência. Lá, cheguei até a tomar umas “porradas”, mas não foi por minha culpa, porque lá é assim: por causa de um todo mundo paga, não importa quem for. Saí de lá com os parabéns de todo mundo, com amizade entre todos os agentes. Depois, eu fui para o CREAD da Penha, onde eu fiquei sete meses e todos me elogiaram. No momento, eu estou assinando a L.A., a liberdade assistida.

Barnabé: Aos 15 anos, comecei a tocar na Rádio Santo André, em São Paulo. Com 20 anos eu fui chamado pela gravadora Copacabana para tocar. Lá, eu conheci o cantor brasileiro Morris Albert, que me chamou para trabalhar com ele. Já gravei com Benito de Paula, meu amigo, e Wanderley Cardoso. Agora, estou aguardando a chance de gravar com outras pessoas. Eu também passei um tempo na Fazenda Modelo, e fui convidado a fazer um trabalho de musicoterapia com crianças. Estar na Fazenda foi uma faculdade para mim. Cegos, mudos, paraplégicos, doenças mentais, todos me ensinaram muito.

Como se dá a sua relação com a rua?

Barnabé: Eu sou engraxate desde o nove anos de idade. Então, sociopsicologicamente dizendo, mi-

nha experiência com a rua é muito profunda. Eu perdi meu pai com três meses de idade. Então, ali foi uma escola também. Ali, eu ficava com meus amigos, meus companheiros. Aí, eu fui aprendendo, aprendendo. A rua para mim é uma alta escola. Na rua, podemos aprender tudo o que você quiser.

Como você veio parar em Barra de Guaratiba?



Barnabé: Exatamente pela Rádio Record. Eu já tenho 80 obras gravadas. Na Rádio Record eu fui fazer uma entrevista e acabei, sem querer, conhecendo um rapaz alto, forte, o Sidnei Magal. Aí eu falei: Magal, tenho um tra-

balho para ti! Ele me pediu que o mostrasse, mostrei e ele gostou. Eu, então, vim para cá ficar hospedado em um hotel em Copacabana para trabalhar com o Magal, na música *Agora Eu Sou Feliz*. Eu não conhecia nada daqui. Estou aqui há mais de 20 anos. Eu fiquei aqui em um internato (Abrigo Fazenda Modelo) e hoje ele foi desativado, mas eu continuo morando em um quartinho lá. Minha vida aqui é tranquila, calma, faço tudo aqui no Bar Xodó, de propriedade do seu Manoel Teixeira Fogaça, que me dá almoço, me dá tudo! Eu toco aqui às vezes.

O que você considera como perigo?

P: Não faço a mínima ideia do que seja perigo para mim. O único medo que tenho é perder a minha mãe. Acho que esse é o único perigo que corro: perder minha mãe e me acabar.

Barnabé: Perigo é a desconsideração da imaginação.

C: O crime, a violência, o abuso, o tráfico, a abordagem policial na comunidade.

Dandara: O preconceito.

Como você encara o fato de parte da sociedade, em algum momento, ter visto você como perigoso?

P: Qualquer pessoa acharia um menor infrator perigoso só pelo fato de ele ser infrator, certo? Ele,

com o porte de arma na mão, é perigoso. Agora, para mim, nascido e criado em comunidade, mas também já morei fora dela, os únicos perigosos eram os policiais. Eles chegavam atirando, nunca queriam saber, primeiro atiram e depois perguntam. Perigoso para mim é qualquer pessoa que está com uma arma e eu não sei o que a pessoa pode fazer. O adolescente infrator não é perigoso em qualquer situação porque ninguém é maluco de sair fazendo besteira do nada, ainda mais um menor.

C: Acho isso errado. Não somos perigosos. A questão é que o que mais passam na televisão é que o negro é perigoso, bandido, traficante. Eu sinto esse preconceito duas vezes por morar em comunidade e por ser negro.

Dandara: Eu confesso que fico um pouco revoltada com isso porque a mídia, hoje em dia, só quer saber da travesti que mata, rouba, se prostitui e se droga, e acabam não dando oportunidade à travesti que tem talento. Infelizmente, essa é uma realidade. Infelizmente, é o que mostram, é o que gostam de mostrar sobre a gente. A mídia tem muita culpa, mas as pessoas também têm seus preconceitos, suas barreiras, e isso não as faz permitir um maior contato com essas pessoas.

Na sua opinião, por que ocorre esta associação?

Barnabé: Isso é resultado do fato de não haver um governo que regulamente determinadas situações. E a ideia de alguém perigoso vem da falta de escola. As pessoas têm medo exatamente pela falta de educação desde o berço.

Dandara: Na verdade, não consigo entender porque as pessoas se importam tanto com a felicidade dos outros. Se eu me visto de mulher, se saio tanto com homens quanto com mulheres, isso não importa porque o importante é eu estar feliz.



Você já vivenciou situações de preconceito? Como você lida com elas?

P: Existe, mas não com todos porque não acon-

teceu comigo. Eu já ouvi pessoas falarem: “aquele menor ali é um vagabundinho”, principalmente a “playboyzada” que conheço que diz que quem mora em favela são todos vagabundos. Até mesmo mulheres que têm medo de namorar com um menor infrator porque têm medo de morrer, de apanhar... Há casos de mães e pais, como o de um amigo meu que passa por essa situação, que não aceitam uma relação entre seus filhos e um menor infrator.

Barnabé: Já passei por inúmeros, mas eu sou uma pessoa calma, eu apenas observo, me coloco na minha situação de não-ataque.

C: Ué, temos que lidar normalmente, mas com medo. Se tivesse acontecido comigo alguma situação de preconceito, minha atitude seria denunciar porque preconceito é crime e crime a gente denuncia.

Dandara: Sempre, profissionalmente principalmente. Depois que me transformei, não importavam as minhas qualificações profissionais, só as roupas que vestia e se me relacionava com meninos ou meninas. Quando busquei emprego, senti muito preconceito, e até hoje, que eu trabalho com carteira assinada, há muitas pessoas que torcem a cara pelo fato de eu ser uma travesti. Eu sempre sofri preconceito, desde a época da escola em que eu não era travesti ainda. Meu apelido era *bambi*, e era motivo de brincadeira entre os meninos. No começo, sofria muito. Era algo que doía, que queria esconder e não conseguia. Todo o mundo brincava, zoava, era motivo de chacota. Hoje, já me acostumei com o preconceito, mas é lógico que às vezes a gente se abala.

O que você acredita ser possível fazer para reverter essa situação?

P: Diversas pessoas dão oportunidades, como o pessoal do Centro de Atendimento ao Pobre Leopoldina (CAPL); escolas que têm parceria com o CREAD, que matriculam o adolescente em escolas, conversam com ele, porque é difícil arranjar vaga. Quer dizer, oportunidade não falta, basta o adolescente querer. Hoje eu trabalho no Tribunal de Justiça, pelas amizades que arrumei dentro e fora do Degase. Qualquer oportunidade boa eles me chamam. Eu tive também a oportunidade de ir para um



curso de gastronomia, ganhando um salário e alguns benefícios bons. Mas eu tive que optar por trabalhar com gastronomia ou Tribunal de Justiça. Como desde menorzinho eu quis trabalhar como advogado, então essa foi uma oportunidade boa para mim. Eu também estou estudando, na 5ª série, e tenho planos de cursar Direito.

C: Ai já é difícil. Eu acho que os policiais poderiam entrar no morro de outra maneira, enxergar as pessoas de outra maneira, porque o policial vê todo mundo da favela como bandido, como traficante. A sociedade deveria começar a se olhar de outra forma. Se ela visse os negros e a população mais pobre de outra maneira, seria bem melhor de vivermos.

Dandara: Projetos sociais como o Projeto Damas (programa da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro que visa a implementar a inserção cidadã de travestis e transexuais) são muito importantes. Eu consegui emprego formal através desse projeto: eles viram que eu não era nada daquilo e me deram oportunidade. Eu acredito também nas leis e, já que há lei para deficientes físicos, negros, índios, deveria haver também para travesti. Eu acredito nisso e que o ser humano abra mais o coração também. A mídia também poderia vender uma imagem melhor dessa população, dando espaço para todo mundo, inclusive para quem tem talento e pode aparecer por ele. O projeto Damas foi maravilhoso na minha vida; eu posso dizer que minha vida tem duas fases: antes e depois do Damas. Com certeza após o Damas eu me tornei uma pessoa mais humana, mais consciente, mais forte.

Você tem medo de quê?



Luis Antonio Baptista*

Cerca elétrica, arame farpado, câmera de vigilância, grades e mais grades anunciam a cidade ocupada pelo medo. Nas avenidas carros e mais carros. Sobre as calçadas, ao lado dos muros picados, ainda mais carros, agora imóveis, insinuam que a cidade é mera passagem. Passar, ignorar o entorno, temer são palavras de ordem das quais o medo gradativamente mostra a sua força esfacelando a vida urbana. Mas, medo de quê? Aos profissionais *psi*, é solicitado o bálsamo necessário para o cidadão fóbico, como se a cidade fosse a sua adversária para a realização de uma existência feliz. Os aparatos da segurança protegem o cidadão e, simultaneamente, traduzem a rua, ou o que extrapole o seu território, em estorvo para o alcance da almejada paz. Áreas urbanas perigosas, neutras, sedutoras são delimitadas e adjetivadas pela arquitetura do medo para a mobilidade do passageiro amedrontado. Fora do nicho doméstico, ou do trabalho, passa-se, circula-se por imagens ameaçadas de transformarem-se em inúteis paisagens. Fora do espaço do inseguro eu, a urbe incômoda, facilita metas, ou desmaterializa-se como

imagem sem corpo passível somente para o consumo. Nesta tradução, cidade e subjetividade ganham contornos antagônicos, como se fossem matérias confeccionadas por mundos diversos, estranhos, apartados um do outro à semelhança da geografia das cercas delimitando propriedades e proprietários incompatíveis. Fobia, temor, desesperança demandam aos psicólogos a incompatibilidade entre a vida pública e aquela encarcerada pelo arames ou pelas câmeras que tudo veem; demanda que obscurece a estreita relação da história da cidade com a história do medo. O Rio de Janeiro deseja choque de ordem, diz o político. O

“Aos profissionais psi, é solicitado o bálsamo necessário para o cidadão fóbico, como se a cidade fosse a sua adversária para a realização de uma existência feliz.”

Rio de Janeiro precisa de polícia, dizem alguns. O Rio de Janeiro precisa de limpeza, diz a milícia. Não aguentamos mais tanta violência, dizem quase todos. Mas, medo de quê?

Para os diferenciados clamores urbanos desejosos de paz, a cidade é diagnosticada como órgão adoecido que precisa de tratamento, ou extirpação. A história carioca perde a sua força, a memória das ruas, dos bairros, dos vivos e mortos

“Fobia, temor, desesperança demandam aos psicólogos a incompatibilidade entre a vida pública e aquela encarcerada pelo arames ou pelas câmeras que tudo veem.”

que habitaram suas ruas é ameaçada pelo esquecimento produzido por um presente ávido por saúde e ordem. O medo deste presente clama pela origem das mazelas, almeja descobrir as causas do mal, como se a cidade fosse um corpo adoecido indiferente ao tempo que faz da memória algo vivo. Tempo cortante, que não despreza os aturdimen-

tos dos acontecimentos minúsculos do cotidiano, atos que interrompem a história oficial evoluindo continuamente sem interrupções. Da memória viva da cidade o passado torna-se inconcluso pelas urgências do agora. Em um mundo onde corre-se o risco de se viver uma sobrevida, é arriscado olvidar. Não possuímos uma vida bela para podermos esquecer. Não somos felizes para irmos ao encontro “do ditoso esquecimento”¹. Barata Ribeiro, Pereira Passos, Carlos Lacerda, entre outros prefeitos do Rio de Janeiro, em diferentes momentos da nossa história, ainda estão presentes com suas intervenções sobre o perigo das epidemias, da fúria da loucura, dos pobres, vadios, mendigos. Estes prefeitos combateram medos diferenciados; em cada combate, o Rio de Janeiro mudava o seu contorno. Os loucos que habitaram as

ruelas do passado carioca, os desempregados, moradores das praças e das multidões não amedrontam mais a ordem pública, mas suas sombras persistem ao lado de outros medos inventados pelo presente. Estas sombras persistem interpelando-nos sobre o que nos restou, e o que estamos produzindo e interferindo de modo singular no presente. Mas, medo de quê?

A cidade sitiada pelo medo corre o risco de ser ocupada pelo nada. Deste vazio só nos restaria um inseguro e onipotente eu junto ao fim dos paradoxos que colocam em questão as promessas de felicidade que nos são oferecidas pelo mercado, e o torpor desencadeado pelos fracassos destas mutantes promessas. Desparadoxizada, a cidade é ameaçada de morte. O eu tecido pelo medo que circula, passa, atravessa e nada acontece com suas fronteiras só terá a si como combustível. Este eu teme o entorno, mas não o deserto urbano que atormentou o escritor francês dos oitocentos: “Que mistério! Recomecei a andar como um cego, tateando os muros com minha bengala, e toda hora levantava os olhos para o céu, esperando que enfim o dia raiasse; mas o espaço estava negro,

mais profundamente negro que a cidade. (...) O mercado estava deserto, sem ruído, sem um movimento, sem um carro, sem um homem, sem um molho de legumes ou um ramo de flores - as barracas estavam vazias, imóveis, abandonadas, mortas! Invadiu-me um pavor – horrível. O que estava acontecendo? Nos campanários ou nos monumentos nenhum relógio batia. (...) Puxei meu relógio... ele já não funcionava... estava parado. Mais nada, mais nada, mais nenhum arrepio na cidade, nenhum clarão, nenhum vestígio de som no ar. Nada! Mais nada!”². Na noite parisiense de Guy de Maupassant, a cidade desertificada o atormentou porque nada acontecia. O tempo cortante da alteridade era obscurecido pela noite sem acontecimentos. Nos desertos onde o humano não faz morada sucedem gestos, contatos que aturdem a imobilidade do nada. Vento, areia, pó, rochas, ou qualquer matéria viva poderão ser formadas, deformadas, transtornadas interminavelmente. Na noite de Maupassant, o vir a ser de qualquer coisa inexistia. Paris era despovoada do transcurso das formas. A cidade vazia “sem os arrepios” dos aturdimentos pode ser invadida por ratos. Grades, cercas, câmeras de vigilância anunciavam esta iminente ameaça. Mas, temos medo de quê? A cidade é uma lâmina afiada que dilacera verdades que atrevem-se a perpetuarem-se imaculadas. Fora, entre e dentro das grades o Rio de Janeiro continua vivo⁴.

* Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

Notas

1 - Para Walter Benjamin: “se imaginamos que a dor é uma barragem que se opõe à corrente da narrativa, então vemos claramente que é rompida onde sua inclinação se torna acentuada o bastante para largar tudo o que encontra em seu caminho ao mar do ditoso esquecimento”. BENJAMIN, W. *Obras escolhidas v.2. Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 269.

2 - MAUPASSANT, G. “A noite”. In: CALVINO, I. (org.). *Contos Fantásticos do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 355.

3 - Sugiro ao leitor o livro *Segmentariedades: Passagens do Leme ao Pontal*, de Danichi Mizoguchi. São Paulo: Editora Plêide, 2009.

Resolução CFP 09/2010

O debate sobre a Resolução CFP 009/2010, que regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional, tem tido muitas repercussões, não só entre esses profissionais, mas principalmente no Judiciário e na mídia. O ponto mais polêmico é a proibição de o psicólogo realizar o exame criminológico para subsidiar decisões judiciais de progressão de regime ou de livramento condicional.

A Resolução foi uma grande conquista da categoria, fruto de uma ampla discussão nacional em diferentes espaços. Sabemos que nenhuma Resolução agradará “a gregos e troianos”. Os grandes embates, no entanto, têm se dado com o Judiciário, que vê nessa normativa um desacato à sua autoridade.

Afirmamos que a Resolução não teve qualquer intenção de desacato. Ela quer, sim, afirmar outro lugar para a Psicologia no sistema penitenciário. No Rio de Janeiro, essa discussão entre os psicólogos da SEAP se iniciou na década de 1980. Lá se vão 30 anos... A Psicologia hoje sabe que há muito mais a contribuir para a saúde integral das pessoas privadas de liberdade do que realizar exames para fundamentar a concessão dos seus direitos legais.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), legitimado pela Lei nº 5766 de 1971 como órgão supremo na função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo, diz para a sociedade, por meio de suas Resoluções, que é ele, e somente a ele, a quem cabe essa função. Daí, nos perguntarmos: por que o judiciário insiste em exigir do psicólogo uma prática considerada por seu Conselho Profissional antiética e sem fundamentação técnico-científica? Por que necessita desse instrumento, sabidamente burocratizado, que sequer se trata de uma avaliação psicológica, pois essa necessita de critérios e condições específicas que são impossíveis de se obter no sistema carcerário? Por acaso os psicólogos definem o que deve fazer um juiz ou outro profissional, no exercício de sua profissão?

A grande relevância dessa Resolução para os psicólogos que atuam no sistema prisional é a de afirmar que nossa questão é ética, técnica e política, não jurídica, como querem defender inclusive alguns psicólogos que mais parecem operadores do direito. A resolução também coloca em análise as mazelas do sistema penitenciário, pois dá visibilidade a ações que o psicólogo deverá realizar

para o tratamento penitenciário, trazendo à tona as responsabilidades do Poder Executivo no acesso dos apenados aos serviços de assistência a que têm direito e no compromisso com a reintegração à vida extra-muros.

Recentemente, o subsecretário de Tratamento Penitenciário emitiu uma Circular a todos os psicólogos ameaçando-os de sofrerem processo administrativo e até mesmo prisão, caso se recusem a fazer o exame criminológico!!! Afinal, não estamos em um Estado democrático de direito? Novamente, a pergunta: por que o judiciário insiste em ignorar, e até mesmo desrespeitar nossos argumentos? É preciso lembrar que, antes de sermos funcionários públicos, somos psicólogos, pois foi nessa condição que fomos concursados ou contratados para o sistema prisional. Portanto, o que nos rege em primeiro lugar é a nossa profissão.

E mais: com o avanço da Psicologia no contexto prisional a partir de suas lutas, os Ministérios da Justiça e da Saúde criaram em 2003 o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário que, até hoje, não foi efetivamente implantado no Rio de Janeiro. Por que os juizes da VEP e o Ministério Público, interessados que são na chamada “ressocialização do preso”, e que tem dentre suas atribuições a de fiscalizar os estabelecimentos prisionais, não fiscalizam a implantação desse Plano (não esqueçamos que a fiscalização da execução penal é uma de suas atribuições)? Os estados, através de suas Secretarias de Saúde e órgãos responsáveis pelo sistema prisional, recebem verbas federais para a contratação de pessoal, criação de equipes multidisciplinares de saúde e desenvolvimento de ações de saúde necessárias e de direito dos presos. Ocupar o psicólogo com a realização de exames burocratizados nos parece, no mínimo, subestimar e subaproveitar as contribuições da Psicologia no campo da execução penal.

A partir da publicação da Resolução CFP 009/2010, o CRP-RJ vem mantendo diversas ações para que se seja garantido aos psicólogos o direito de fazer cumprir a Resolução, que, uma vez desrespeitada, poderá se tornar alvo de uma representação ética no seu Conselho Profissional.

Acompanhe o site www.crprj.org.br para mais informações sobre o tema e para conhecer as ações do CRP-RJ.

Prestação de contas de 2010

De acordo com o princípio da transparência na gestão,
o CRP-RJ apresenta o demonstrativo de resultados

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DE JAN a JUL 2010

Receitas

Receitas de Contribuição	4.769.693
Receitas de Contribuições de anos anteriores	602.003
Receitas Patrimoniais	213.200
Receitas de Serviços	64.381
Outras Receitas	218.952
Superávit de Exercícios Anteriores	4.500.000
Total das Receitas Brutas	10.368.229

Transferências (-)

Conselho Federal de Psicologia	1.455.889
Total das Receitas Líquidas	8.912.340

Despesas (-)

Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	1.630.723
Materiais de Consumo	34.207
Energia elétrica, Telefonia, Postagem e Água	383.054
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	29.043
Impressão Gráfica	138.521
Transporte e Hospedagem	60.628
Congressos, Fóruns e Eventos	169.438
Serviços de Assessoria	134.399
Terceirização	280.533
Seguros, Condomínio e Locação	29.776
Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	126.008
Total das Despesas de Operações	3.016.330

Investimentos (-)

Programas de Informática	0
Máquinas, Motores e Equipamentos	3.064
Mobiliário em Geral	0
Equipamentos de Informática	13.892
Total dos Investimentos	16.956

Inversões Financeiras (-)

Aquisição de Imóvel	3.663.201
---------------------	-----------

Superávit Financeiro do período	2.215.853
--	------------------

Roner Tavares
Contador CRC/RJ-097613/O-8

Marilia Alvares Lessa
Conselheira-tesoureira - CRP 05/1773

Anuidades e taxas de serviços para 2011 são aprovados em Assembleia

No dia 19 de agosto, foi realizada, na sede do CRP-RJ, a Assembleia Orçamentária, com objetivo de definir, junto aos psicólogos, os valores das anuidades, taxas de serviços, emolumentos e o orçamento do Conselho para 2011.

A conselheira-tesoureira do CRP-RJ, Marilia Alvares Lessa (CRP 05/1773), apresentou o demonstrativo de resultados do ano de 2009 e do primeiro semestre de 2010, dando seguimento à política de transparência assumida desde o XI Plenário (2004-2007) e continuada pelo XII Plenário (2007-2010) na gestão financeira do Conselho.

Em seguida, ela apresentou o Plano de Trabalho e o orçamento previstos para 2011. A conselheira lembrou que a banda de anuidades (o valor mínimo e o máximo que podem ser votados) é estabelecida pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF).

A proposta de reajuste das anuidades apresentada pelo CRP-RJ e aprovada pela Assembleia foi de 4,6% sobre o valor da anuidade de 2010, referentes à inflação medida pelo IPCA no período agosto de 2009 a julho de 2010. Por 21 votos a favor, uma abstenção e um voto contra, o Plenário aprovou os valores das anuidades, taxas, emolumentos e o orçamento para 2011.

Confira os valores das anuidades:

Pessoa Física:

- **R\$ 272,04** – para pagamento efetuado até 31 de janeiro de 2011.
- **R\$ 286,92** – para pagamento efetuado até 28 de fevereiro de 2011.
- **R\$ 301,81** – para pagamento efetuado até 31 de março de 2011.

Pessoa Jurídica:

- **R\$ 340,36** – para pagamento efetuado até 31 de janeiro de 2011.
- **R\$ 359,04** – para pagamento efetuado até 28 de fevereiro de 2011.
- **R\$ 377,72** – para pagamento efetuado até 31 de março de 2011.

Confira os valores aprovados para taxas e emolumentos:

- Inscrição de pessoa física: **R\$ 59,55**
- Segunda via da Carteira: **R\$ 11,91**
- Inscrição de Pessoa Jurídica: **R\$ 224,18**



O XII Plenário do CRP-RJ presta contas à categoria

O XII Plenário do CRP-05 terminou seu mandato, cumprido no período de setembro de 2007 a setembro de 2010. Está, portanto, comunicando-se com a categoria para dizer o que fez.

A seguir com esta linha de construção da matéria, se deveria começar uma enumeração longa e fastidiosa de realizações: eventos diversos, encontros, seminários, palestras, etc, etc, etc. Enfileirados, justapostos, tediosa e triunfalmente apresentados, comprovando um trabalho cotidiano de conselheiros, colaboradores e funcionários do CRP-05.

Isto não será feito; o que se pretende é destacar alguns eixos políticos por onde transitou nossa ação nestes três anos. A começar pela “rigorosa observância dos Direitos Humanos”, o eixo central de nossa política. Em vários números anteriores do nosso jornal, contemplamos a discussão deste tema; inclusive, nosso último número foi dedicado inteiramente a esta questão.

Como complemento desta ideia-força central, o campo político que geriu os dois últimos mandatos do CRP-05 – o XI Plenário (2004-2007) e o

XII Plenário (2007-2010) – assumiu em seu nome dois princípios orientadores de suas ações – Ética e Compromisso Social. Desde 2004, procuramos imprimir à relação do Conselho com a categoria um cunho eminentemente orientador, tentando mostrar que o Conselho não é apenas – nem principal e primeiramente – um órgão punitivo, polícialesco, que somente fiscaliza.

As duas plenárias procuraram mobilizar e organizar a categoria para, efetivamente, inserir-se numa atuação que fortaleça o compromisso com amplas camadas da população que não têm acesso aos serviços psicológicos de que estão necessitados, por motivos econômicos, políticos, culturais, sociais, por preconceito ou discriminação.

Este projeto político, fundamentado nestes princípios, permitiu conseguir aquilo que o campo político ansiava, desde o XI Plenário, e que



não tinha conseguido efetivar nesta ocasião por se dedicar a reorganizar o CRP-05, continuando o trabalho da Comissão Gestora (março de 2003 – setembro de 2004), já que o Conselho estava caótico após a incúria e a irresponsabilidade de gestões anteriores. No XII Plenário, conseguimos aprovar um trabalho de reatamento de laços com a cate-

goria, que estavam esgarçados, profundamente prejudicados pelo desinteresse, afastamento e mesmo desconfiança com que a categoria percebia e se relacionava com o Conselho.

O XII Plenário despede-se agradecendo as manifestações que tem recebido da categoria, de carinho, confiança e alento para continuar caminhando com o CRP-05 na busca por uma Psicologia defensora dos direitos humanos, ética e de compromisso social.

Carta aberta do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

Paracambi: manicômio a céu aberto

O Programa de Saúde Mental do município de Paracambi tem apresentado perspectiva manicomial de gerir a saúde pública contrariando os interesses dos usuários destes serviços, dos seus familiares, dos trabalhadores e da política nacional de Saúde Mental preconizada pela Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, também conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica. Denunciamos nesta carta as seguintes atitudes protagonizadas recentemente pela atual Secretaria de Saúde:

- Desmonte das práticas antimanicomiais de trabalho direcionadas ao cuidado na perspectiva da construção de autonomia, inserção social e respeito às diferenças.
- Constantes demissões dos trabalhadores, desestruturando equipes comprometidas com o processo de desinstitucionalização e o paradigma da atenção psicossocial.

- Fragilidade nas formas de contratos de trabalho dos profissionais: ausência de concurso público e remuneração salarial vergonhosa.

- Precarização da assistência nos serviços substitutivos: CAPS, centro de convivência, ambulatório infantil e residências terapêuticas.

As lógicas manicomiais não estão restritas aos muros do hospício, sendo antes um modo de cuidar e se relacionar com a loucura.

- Utilização do dinheiro público para reformas no manicômio Dr. Eiras, que tem prazo de fechamento determinado pela justiça para outubro de 2010.

- Massificação do cuidado em saúde mental, através de atitudes arbitrárias e que desrespeitam singularidades dos moradores das Residências Te-

rapêuticas, tal como recolhimento dos cartões bancários destes.

Portanto, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, instituição comprometida com o Sistema Único de Saúde, a Reforma Psiquiátrica e o Movimento da Luta Antimanicomial, pronuncia-se contrário a essas atitudes da Secretaria de Saúde do Município de Paracambi. Entende também que o caso de Paracambi não é isolado de um conjunto de ações que se repetem na gestão das políticas de saúde mental de outros municípios e estados brasileiros, que insistem na reabertura de leitos em hospitais psiquiátricos e no desmonte de serviços estruturados nos moldes do paradigma psicossocial.

As lógicas manicomiais não estão restritas aos muros do hospício, sendo antes um modo de cuidar e se relacionar com a loucura.

IV Mostra Regional de Práticas em Psicologia

De 22 a 24 de julho, mais de 400 pessoas participaram da IV Mostra Regional de Práticas em Psicologia, organizada pelo CRP-RJ. Ao todo, foram 404 pessoas inscritas, diversos outros ouvintes, 151 trabalhos apresentados, três mesas de debate, duas rodas de conversa, uma oficina, apresentação de dança, exibição de filmes e um coquetel de lançamento de livros, entre outras atividades.

Da mesa de abertura participaram representantes do CRP-RJ, do CFP e da UVA, que destacaram a importância do evento para a troca de experiências entre psicólogos e estudantes. “A Mostra rende muitos frutos para a Psicologia do Rio de Janeiro. Apesar de ser uma mostra de ‘práticas’, não se restringe a relatos vazios de experiências. O conceito de *práxis* se aplica aqui. Teoria e prática se fundem e deixam de ter significados isolados”, declarou o conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes.

Assim, o evento teve como carro-chefe as “experiências em debate”, ou seja, trabalhos desenvolvidos e apresentados pelos próprios psicólogos e estudantes ao longo dos três dias. O interessante desses espaços foi a variedade de novas práticas apresentadas – muitas das quais não se imaginava que pudessem ser campos de trabalho da Psicologia. Os trabalhos traziam novas experiências nos campos da educação, saúde, trânsito, trabalho, políticas públicas, justiça, gênero, psicoterapia e violência, entre muitos outros.

As mesas de debates, rodas de conversa e outras atividades também procuraram abranger diversas áreas da prática *psi*, tendo como convidados psicólogos e outros profissionais com forte atuação em cada um dos campos.

Uma dessas áreas foi a clínica, que foi relacionada a questões como violência, subjetividade e direitos humanos. Entre os pontos debatidos, estiveram os dualismos que costumam aparecer nesse campo de atuação, como o “indivíduo-sociedade”, lido sob as óticas de Sigmund Freud e Giorgio Agamben, o “agressor-agredido” e o “verdade-delírio”.

Foi colocado que, quando o psicólogo não consegue se desvencilhar dessas dicotomias, acabam ocorrendo impasses na clínica, já que essas dualidades levariam a falsas questões. Segundo os participantes do debate, o que importa é a forma como o sujeito percebe e sente suas experiências,

não se o que ele diz é “verdade” ou “delírio” ou quem é o “agressor” e o “agredido”, o que também fixa papéis e impede um trabalho relacionado às subjetividades.

A clínica também foi abordada em relação à Educação. Apesar de esse não ser o papel do psicólogo na escola, muitas vezes a demanda que chega é que se faça clínica nesse espaço, com a patologização de situações que, na verdade, seriam sociais.

Um dos possíveis motivos apontados para essas tensões é a diferença de paradigma dos dois campos de conhecimento. Enquanto a Educação se propõe a um aprendizado universal, a Psicologia tende a priorizar o singular. Assim, enquanto educadores buscam razões padronizadas para os ditos “fracassos” e, consequentemente, fórmulas normalizadoras, os psicólogos procuram entender as relações de cada um com aquele espaço. Essas tensões, contudo, seriam positivas, pois permitiriam uma troca e um diálogo a partir da diferença.

Outra temática que apareceu nas discussões da IV Mostra foi a formação dos futuros psicólogos. Entre as questões levantadas, estiveram o fato de a clínica ainda ser a área predominante nas universidades, a lógica mercadológica de muitas faculdades, a estrutura do currículo de graduação e o grande espaço atribuído à teoria em detrimento da prática, entre outros.

As políticas de diversidade sexual e a atuação dos psicólogos nesse campo foi outro tema que esteve presente no evento, discutido em um encontro organizado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). Durante o encontro, surgiram questões como a dificuldade de muitos profissionais em lidar com situações que envolvam orientação sexual, o risco de acabar patologizando essas diferentes orientações e como lidar com casos em que os pais procuram o psicólogo para “curar” a homossexualidade dos filhos.

A Saúde também esteve entre os debates da IV Mostra, tanto com relação ao campo público quanto ao privado. No primeiro caso, foi abordada a estrutura do sistema de Saúde no estado e os direitos que os cidadãos possuem – e que frequentemente são desrespeitados – no que diz respeito ao atendimento pelo SUS.

Quanto à saúde privada, foi discutida princi-



palmente a saúde suplementar e a relação dos psicólogos com os planos. Entre os pontos destacados pelos participantes, estiveram os baixos honorários pagos pelas operadoras, o número reduzido de consultas e a obrigatoriedade do encaminhamento médico. Sobre o atendimento ao cidadão pelos planos, os presentes ressaltaram também que vem ocorrendo uma precarização semelhante ao que ocorre nos hospitais públicos, incluindo longas filas e períodos de espera por uma consulta.

As formas de se relacionar com a cidade também foram debatidas no evento, tanto em uma mesa redonda quanto em uma atividade performática. Na mesa, foi colocada a importância de pensar a cidade a partir do sujeito e de seu encontro com ela. Os modos como esse encontro ocorre na atualidade, como ele se transforma a cada época e lugar e os efeitos que essa relação traz para o sujeito e para o próprio espaço público foram questionamentos que impulsionaram o debate.

A performance que também levantou a temática foi a “Troca de Segredos”. A intervenção foi um convite a todos os presentes para deixarem um segredo seu escrito e levarem o de outra pessoa para si. Após as trocas, houve um debate com os organizadores, os psicólogos Cristiane Knijnik e Cristiano Rodrigues e a arquiteta Iazana Guizzo.

Como eles explicaram, a atividade é normalmente realizada nos espaços públicos de grandes cidades, tendo como objetivo criar diferentes formas de as pessoas se relacionarem *na e com a rua*. Assim, a intervenção nasceu da tentativa de interação com a cidade, da aposta de enxergá-la como um lugar de troca expressiva, de compartilhamento de sensações, de contagiar o outro. A ideia é pensar em como a rua pode ser mais um lugar de trocas do que de passagem.

A IV Mostra também contou com outras atividades culturais e interativas ao longo de seus três dias. Uma delas foi um coquetel com lançamento de livros e DVDs, entre eles os livros “Cadernos do II Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira” e “Formação: ética, política e subjetividades na Psicologia” e o DVD “Educação inclusiva e as micropolíticas de exclusão”. Os três foram organizados pelo CRP-RJ e distribuídos gratuitamente aos participantes.

O Fórum de Psicologia e Relações Raciais organizou ainda uma atividade interativa para esti-

mular a reflexão sobre o racismo no Brasil. Nos dois primeiros dias, foram filmados depoimentos de participantes colocando sua visão sobre o tema e a relação deste com a Psicologia. No último dia, as falas foram exibidas em vídeo.

Durante a atividade, foi percebida pelo Fórum certa dificuldade das pessoas em encarar que o racismo precisa ser reconhecido como algo que afeta toda a sociedade, pois é determinante das desigualdades sociais, e que precisa ser enfrentado por todos, brancos e negros. Contudo, após uma quebra nessa resistência, os participantes falaram sobre situações que já tivessem vivido ou presenciado e como acreditam que a Psicologia pode contribuir para o fim da discriminação racial.

A última atividade cultural da IV Mostra foi uma apresentação de dança com os alunos do Curso Livre de Conscientização do Movimento

da Escola e Faculdade de Dança Angel Vianna. O grupo é formado a partir do trabalho de conscientização do movimento com ex-internos do Hospital Psiquiátrico Casa de Saúde Dr. Eiras – Paracambi, alunos da faculdade e profissionais da saúde.

A apresentação foi seguida do encerramento do evento, com participação do conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes, e a conselheira responsável pela organização da IV Mostra, Wilma Mascarenhas. Eles entregaram também a premiação aos vencedores do III Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira - Experiências em Psicologia e Políticas Públicas, nas categorias “estudante” e “profissional” (leia mais sobre o Prêmio no box desta página).

Veja a cobertura completa e mais fotos da IV Mostra no site www.crp.rj.org.br.

III Prêmio Margarete Paiva Simões Ferreira

No encerramento da IV Mostra, em 24 de julho, ocorreu a divulgação dos vencedores do III Prêmio Margarete Paiva Simões Ferreira. Os três primeiros colocados nas categorias “profissional” e “estudante” receberam a premiação das mãos do conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes (CRP 05/980).

Veja abaixo os trabalhos vencedores:



Categoria Profissional:

1º colocado: *Saúde e trabalho: o que o psicólogo tem a ver com a construção destas políticas públicas?*, de Ariadna Patrícia Estevez Alvarez - CRP 05/34967 (foto acima).

2º colocado: *A Psicoterapia numa visão transformadora e democrática no tratamento*

com pessoas portadoras de deficiência auditiva, de Elen Nunes Franklim de Vasconcellos - CRP 05/34922.

3º colocado: *A construção de um projeto assistencial na área de álcool e outras drogas – a experiência do Centro Estadual de Assistência sobre Drogas (CEAD)*, de Fernanda Calixto Saint-Martin Leite - CRP 05/ 31381.

Categoria Estudante:

1º colocado: *“Violência doméstica entre casais homossexuais: a violência invisível”*, de Rafael Reis da Luz (foto abaixo).

2º colocado: *Os desafios da escolha profissional: trabalho de orientação profissional num pré-vestibular comunitário*, de Clarissa Rosa Brachtvogel e Débora Emanuelle Nascimento Lomba.

3º colocado: *Territórios escolares e intervenções psi: da criação de um campo problemático*, de Diana Marisa Dias Freire Malito.



CRP-RJ apoia encontro sobre relações inter-raciais

De 13 a 15 de outubro, será realizado em São Paulo o I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Inter-raciais e Subjetividade no Brasil (PSINEP). O CRP-RJ apoia o evento e convida toda a categoria a participar.

O objetivo do encontro é promover a organização de um segmento da categoria profissional que, pelas suas características étnico-raciais, ainda enfrenta barreiras sociais para a sua plena expressão. O evento pretende fomentar o aprofundamento das discussões e ampliação das linhas de pesquisa sobre a questão racial e a Psicologia na perspectiva do enfrentamento ao racismo.

O PSINEP ocorrerá no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho/USP (Av. Prof. Mello Moraes, 1721, São Paulo). Para mais informações, acesse <http://psinep.pol.org.br>.

PL do piso salarial do psicólogo tramita na Câmara dos Deputados

Tramita atualmente na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5440/2009, que dispõe sobre o piso salarial dos psicólogos. De autoria do deputado Mauro Nazif Rasul, o PL propõe alterar a Lei n.º 5.766/1971, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia e regula a profissão, a fim de incluir como piso mínimo para o profissional de Psicologia o valor de R\$ 4.650,00.

O PL foi aprovado pelas duas comissões da Câmara pelas quais passou - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Em 14 de julho, foi recebido pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após tramitar na Câmara dos Deputados, o projeto será enviado ao Senado Federal.

Os psicólogos podem se manifestar enviando mensagens aos deputados federais a fim de colocar sua posição quanto ao Projeto de Lei. No site www.crprj.org.br, é possível ler o PL na íntegra.

Psicocine leva cine-debates para a subsede de Campos

No final de abril de 2010, foi elaborado pela subsede do Norte Fluminense o Projeto Psicocine tendo como referencial de trabalho a necessidade de “dar vida” ao espaço da subsede, evitando que ele se torne um local apenas para a resolução de assuntos burocráticos e administrativos. Tal ação vem possibilitando a vinda dos psicólogos e estudantes de Campos e região para assistir e debater temas apresentados pelos filmes propostos.

De acordo com seu objetivo - discutir a linguagem fílmica articulada aos conhecimentos e fundamentos da Psicologia - foi realizado, no dia 17 de junho, o primeiro encontro do Psicocine. O filme exibido foi “Pro Dia Nascer Feliz”, do diretor nacional João Jardim. A Comissão Gestora da subsede considerou o encontro um grande sucesso, tanto no que diz respeito à presença de público quanto ao debate suscitado que girou em torno das temáticas da educação, cidadania e padronização de subjetividades.

No dia 12 de agosto, ocorreu a segunda exibi-

ção, com o filme “Do Luto à Luta”, do diretor Evaldo Mocarzel. O filme escolhido teve como proposta aproximar os eventuais afetos mobilizados pela arte audiovisual dos debates teóricos sobre a inclusão social na realidade brasileira no campo da Psicologia. Mais uma vez, um público expressivo colaborou com a possibilidade de um espaço de reflexão sobre assuntos da atualidade, não perdendo de vista a sua articulação com a prática profissional.

Já o terceiro filme da programação - “Salve Geral”, do diretor Sérgio Rezende - foi exibido no dia 19 de agosto. O público presente discutiu os efeitos que algumas práticas e discursos de “paz”, “justiça” e “liberdade” – temas estes abordados pelo filme – são capazes de produzir na sociedade.

Finalizando as exibições de agosto, o debate do dia 26 foi a partir do filme “Como nascem os anjos”, de Murilo Salles. Acompanhe ao site www.crprj.org.br para mais informações sobre o Psicocine.

CRP-RJ participa da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial

O CRP-RJ participou da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, realizada entre os dias 27 de junho e 1º de julho, em Brasília. A Conferência reuniu delegados de todo o país eleitos nas Conferências Estaduais, entre eles cinco representantes do CRP-RJ.

“É importante destacar que a Conferência Intersetorial afirmou a direção da política da Reforma Psiquiátrica baseada no Movimento pela Luta Antimanicomial, confirmou seu sucesso e apontou para a diversidade de dispositivos que se tem hoje para acolhimento e tratamento das pessoas em sofrimento psíquico”, declarou Ana Carla Souza Silveira da Silva (CRP 05/18427), conselheira presidente da Comissão de Saúde do CRP-RJ e delegada na Conferência.



De acordo com a assessora técnica do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do CRP-RJ, Beatriz Adura Martins (CRP 05/34879), também delegada, a participação dos usuários foi fundamental. “Essa presença política representou, por si só, outro modo de pensar as políticas públicas na Saúde Mental, impondo-nos outra sensibilidade para pensar estas políticas para a Saúde Mental”.

Também participaram da Conferência como delegadas as colaboradoras Cristiane Knijnik (CRP 05/39275), da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas, Helena Fialho de Carvalho (CRP 05/34864), da Comissão de Saúde, e Daniela Albrecht Marques Coelho (CRP 05/30760), da Comissão Regional de Direitos Humanos.

Petrópolis recebe seminário sobre Emergências e Desastres

Com participação de mais de 100 pessoas, ocorreu, no dia 18 de agosto, em Petrópolis, o II Seminário da Rede de Cuidados da Região Serrana-RJ, promovido pela Comissão Gestora da Região Serrana do CRP-RJ. O evento teve como finalidade dar visibilidade à Rede de Cuidados, destacando a importância crescente que a Psicologia das Emergências e dos Desastres vem adquirindo.

Participaram da mesa de abertura o conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes (CRP 05/980), e a conselheira-coordenadora da Comissão Gestora, Samira Younes Ibrahim (CRP 05/7923). “A programação do evento rompe com a lógica dos especialismos, com destaque para a transdisciplinaridade, o incentivo ao diálogo entre os saberes. E isso é fundamental porque o profissional psicólogo que atua nas emergências e nos desastres é antes de tudo psicólogo, independente da sua forma de atuação, que se dá ao lado de vários outros profissionais”, afirmou Novaes.

Samira, em seguida, ressaltou as principais ações da Comissão Gestora para a Região Serrana. “A Rede de Cuidados é uma semente que estamos plantando e construindo. O que observamos em comum nos municípios da região são deslizamentos, enchentes, queimadas e depósito de lixo a céu aberto. Um dos objetivos da Rede é trabalhar a importância do cuidado consigo, com o outro e com o meio ambiente”.

A primeira mesa discutiu o trabalho da Defesa Civil em Emergências e Desastres com representantes dos Municípios de Petrópolis - coronel Carlos de Paula e secretário Luis Eduardo Moreira Peixoto – e de Angra dos Reis - José Carlos Lucas da Costa. Entre os principais pontos estavam a importância da cultura preventiva e do esclarecimento à sociedade. O objetivo, de acordo com eles, não é evitar a catástrofe - que, na maior parte das vezes, é imprevisível -, mas diminuir seus impactos sobre a população.

Na segunda mesa, *O diálogo entre os saberes*, o

educador Américo Sommerman ressaltou a relevância de haver interlocução entre saberes e disciplinas em situações de catástrofes. Segundo ele, o grande desafio da transdisciplinaridade é conseguir articular os diferentes saberes de culturas, profissionais, instituições e atores sociais diversos.

Outro tema debatido no evento foi a formação do psicólogo, que, segundo a palestrante, a psicóloga e professora da UFF Cecília Coimbra, ainda é dominada pela razão positivista e pouco privilegia a transversalidade. O curso, de acordo com ela, é voltado para dois pilares: a crença de que o psicólogo vai descobrir uma “essência” do sujeito e a individualização. Outra crítica trazida foi a crescente especialização. “Precisamos pensar a Psicologia como um saber que não comporta especialismos, como um saber que deve ser transversalizado”.

A psicóloga e arteterapeuta Jacqueline Lopes falou em seguida sobre a provocação de afetos através da contação de histórias. Ela exemplificou contando duas histórias e compartilhou sua experiência como psicóloga, em equipes de atendimento às vítimas dos desabamentos, quando foi chamada, no início do ano, para Angra dos Reis. Na ocasião, teve que abandonar qualquer receita ou programa para acolher as pessoas em situação de extrema dor, com a perda de familiares e/ou amigos e tendo que reconhecer os corpos.

Na mesa seguinte, *O papel do psicólogo no século XXI – Compromisso ético, político e social*, a psicóloga Eliana Torga afirmou que o trabalho do psicólogo nas emergências e nos desastres é, também, uma atuação em defesa dos direitos humanos. “A Psicologia tem um compro-

misso social desde que nasceu. Esse compromisso está no nosso olhar crítico, ético e político sobre o humano de forma geral e sobre o indivíduo que estamos atendendo, seja ele da camada social que for”.

A seguir, a também psicóloga Lúcia Ribas, que atuou durante um mês no atendimento aos sobreviventes do tsunami na Índia, em 2004, falou sobre a necessidade de atenção e o cuidado entre os participantes da equipe de ajuda. Lúcia desta-

cou ainda aspectos sobre as condições de trabalho da equipe que presta esse atendimento em situações de emergências e desastres.

Na mesa *Biodiversidade nas Montanhas*, o pesquisador Gustavo Martinelli promoveu uma reflexão sobre desenvolvimento sustentável para tratar da importância

dos ecossistemas das montanhas. De acordo com ele, montanhas cobrem 25% da superfície da Terra e 50% da população mundial depende, direta ou indiretamente, de seus recursos.

O suboficial da aeronáutica Valter José Logo Rezende falou sobre a meteorologia da Região Serrana e como sua previsão é realizada. Segundo ele, acompanhar as previsões permite monitorar a chegada de uma frente fria, o que é importante para evitar catástrofes.

O psicólogo Luiz Henrique de Sá, membro da Comissão Gestora de Petrópolis, destacou, na última mesa do evento, as ações da comissão na área das Emergências e Desastres. “Desde a enchente de 2008, em Itaipava, o Conselho achou que deveria desenvolver algo mais efetivo para a Região Serrana na área. Desde então, temos trabalhado dentro desse projeto e a Rede de Cuidados caminha na direção de levar consciência para o que as pessoas estão fazendo nesse sentido. Nosso projeto de atuação está respaldado pelo Código de Ética do psicólogo no que diz respeito, entre outras coisas, à responsabilidade social ao respeito aos direitos humanos”.



Chapa “Ética e Compromisso Social” vence eleições para o CRP-RJ

Em 27 de agosto, Dia do Psicólogo, a categoria foi às urnas para escolher a chapa que ficaria à frente da gestão do seu Conselho Regional e do Conselho Federal. No Rio de Janeiro, foi confirmada, com 6230 dos votos, a chapa 11 – Ética e Compromisso Social, única concorrente no pleito. Ao todo, 8152 psicólogos votaram no estado, sendo 886 nulos e 1036 brancos.

“Ética e Compromisso Social” foi a única chapa elegível no Rio de Janeiro. Conforme a Comissão Regional Eleitoral (CRE) havia explicado em carta circular do dia 23 de junho, três chapas foram registradas, mas, após avaliação da documentação apresentada, foi constatado que duas não cumpriam todas as condições e prazos exigidos pelo Regimento Eleitoral.

As duas candidaturas indeferidas regionalmente dirigiram recursos à Comissão Eleitoral Regular, do Conselho Federal de Psicologia (CFP). O resultado desses recursos, divulgado no dia 28 de maio, confirmou o indeferimento.

Uma das chapas ainda recorreu à Justiça, por meio de um mandado de segurança, mas a sentença da juíza manteve o indeferimento e permitiu a realização das eleições. Para ver a íntegra da sentença, acesse o site www.crpri.org.br.

No pleito do dia 27 de agosto, houve também



a consulta pública para a próxima gestão do CFP. Duas chapas concorreram: “Cuidar da Profissão” e “Fortalecer a Profissão”. Segundo apuração dos votos do Rio de Janeiro, a primeira teve 2887 votos e a segunda, 3596. Ao todos, 8220 psicólogos votaram, sendo 1098 nulos e 639 brancos.

A Lei 5.766/71, que regulamenta a profissão de psicólogo e cria os Conselhos Federal e Regionais, estabelece que a gestão do CFP é es-

colhida em APAF (Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças) pelos representantes dos CRPs. Contudo, nos últimos anos, o Sistema Conselhos tem realizado a consulta pública junto à categoria e, na APAF, o resultado das urnas é oficializado.

Próxima gestão do CRP-RJ

O grupo Ética e Compromisso Social promete dar continuidade ao trabalho realizado pelo XI (2004-2007) e XII Plenários (2007-2010). Segundo Lygia Santa Maria Ayres (CRP 05/1832), que encabeça a chapa, “ambos os Plenários compõem um mesmo campo po-

lítico. Para além dos conselheiros eleitos que compõem o XIII Plenário, em sua maioria novos na gestão, possuímos práticas alinhadas com diretrizes políticas dos dois Plenários anteriores, pautadas nas práticas cunhadas nos Direitos Humanos”.

A psicóloga destacou também algumas das principais ações que a nova gestão pretende realizar entre 2010 e 2013. “Podemos identificar algumas frentes prioritárias, sempre sob a égide dos Direitos Humanos: afirmação da Psicologia como uma prática ética, comprometida com a vida, que coloca em análise as diversas demandas a ela endereçadas e que aposta em uma construção coletiva do fazer *psi*; interiorização do CRP-RJ; participação de psicólogos em órgãos de controle social; e inserção digna do profissional no SUS e SUAS, na edu-

cação, na justiça, no contexto organizacional e do trabalho, na área do trânsito, entre outros”.

Segundo Lygia, também serão respeitadas as diretrizes tiradas no VII Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e na APAF, “após ampla discussão com as bases”. Ela cita como exemplos as resoluções que proíbem aos psicólogos as práticas do exame criminológico e do Depoimento Sem Dano, que consiste na escuta de crianças para produzir provas processuais.



Membros do XIII Plenário do CRP-RJ

Ágnes Cristina da Silva Pala - CRP-05 32409

Alexandre Ferreira do Nascimento
- CRP-05 33108

Alexandre Trzan Ávila - CRP-05 35809

Ana Carla Souza Silveira da Silva
- CRP-05 18427

Análicia Martins de Sousa - CRP-05 31168

André Souza Martins - CRP-05 33917

Carla Boy de Siqueira - CRP-05 26659

Carla Silva Barbosa - CRP-05 29635

Claudete Francisco de Sousa - CRP-05 35806

Cristiane Knijnik - CRP-05 39275

Cristina Claudia Queiroga Rocha - CRP-05 6132

Eliana Olinda Alves - CRP-05 24612



Elizabeth Pereira Paiva - CRP-05 4116

Fátima Siqueira Pessanha - CRP-05 9138

Fernanda Mendes Lages Ribeiro - CRP-05 31251

Giovanna Marafon - CRP-05 30781

Helena Fialho de Carvalho - CRP-05 34864

Helena Rego Monteiro - CRP 05-24180

Lia Toyoko Yamada - CRP-05 30850

Lindomar Expedito S. Darós - CRP-05 20112

Luciana Vanzan da Silva - CRP 05-35832

Lygia Santa Maria Ayres - CRP-05 1832

Marco Aurelio de Rezende - CRP 05-27536

Paula Rego Monteiro - CRP-05 34842

Samira Younes Ibrahim - CRP-05 7923

Saulo Oliveira dos Santos – CRP 05-31988

Vanessa Siqueira Manhães - CRP-05 38340

Vilma Diuana de Castro - CRP-05 7281

Vivian de Almeida Fraga - CRP-05 30376

Wilma Fernandes Mascarenhas

- CRP-05 27822